

O Sisfron como ferramenta da estratégia da presença em meio ao desafio orçamentário entre 2012 e 2022

Sisfron as a presence strategy tool amid the budget challenge between 2012 and 2022

Rev. Bras. Est. Def. v. 10, n. 2, jul./dez. 2023, p. 195–217

DOI: 10.26792/RBED.v10n2.2023.75340

ISSN 2358-3932

ANDRÉ LUIS FARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
HELIO CAETANO FARIAS

INTRODUÇÃO

Programas estratégicos de grande porte orçamentário e de longo tempo de execução demandam a formulação de políticas públicas consistentes, visando tanto o bem-estar social quanto a otimização dos recursos públicos disponíveis. Este artigo busca responder ao seguinte questionamento: em que medida o orçamento brasileiro de Defesa foi compatível com os objetivos estratégicos do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)? Parte-se, como referência inicial, da previsão de investimentos apresentada pelo Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), lançado em 2012, pelo Ministério da Defesa.

O Sisfron é um programa estratégico do Exército brasileiro, que tem como objetivo incrementar a presença do Estado na fronteira terrestre e

André Luis Faria Teixeira de Oliveira é mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (RJ) e Bacharel e Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ). Tem experiência na área de Defesa, com ênfase em Defesa Nacional, atuando principalmente nos seguintes temas: economia de defesa e base industrial de defesa. Atua há sete anos no mercado privado com Empresas Estratégicas de Defesa no Brasil e na França. Contribuiu no artigo com a definição da conjuntura temática, a redação e a revisão de todos os itens. orcid.org/0009-0000-3787-288X. E-mail: andreluis.oliveira@icloud.com.

Helio Caetano Farias é doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme). É Coordenador do Grupo de Pesquisa “Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento”, registrado no CNPq. Contribuiu no artigo com a definição da conjuntura temática e a revisão de todos os itens. orcid.org/0000-0002-7717-9323. E-mail: heliofarias@gmail.com.

auxiliar no combate aos crimes transnacionais. Entretanto, a despeito deste entendimento apresentado nos principais documentos estratégicos sobre a Defesa Nacional, argumenta-se que a imprevisibilidade e irregularidade orçamentária impactaram negativamente no cumprimento das metas estabelecidas.

O objetivo deste trabalho foi o de analisar o Programa Estratégico do Exército Sisfron e o desafio orçamentário para a sua plena implementação ao longo da faixa de fronteira terrestre. Para tal, o artigo realiza uma análise qualitativa, baseada na revisão bibliográfica, com foco na produção das Ciências Militares e da Economia de Defesa, e na análise de documentos brasileiros pertinentes à Defesa, à formulação do orçamento público federal e ao planejamento plurianual. Como complemento, o estudo levantou e analisou dados orçamentários dos portais públicos como o SIGA Brasil e o Painel do Orçamento Federal, e de dados do Ministério da Defesa obtidos com base na Lei de Acesso à Informação. A pesquisa foi concentrada no período entre 2012 e 2022.

Parte-se, inicialmente, de uma apresentação sobre os conceitos essenciais para o entendimento da Estratégia da Presença, por meio de referências documentos centrais e norteadores do Exército, como por exemplo a Concepção Estratégica do Exército (Brasil 2017) e a Doutrina Militar Terrestre (Brasil 2019b), e também das principais publicações do Estado acerca do tema Defesa Nacional, como a Política Nacional de Defesa (Brasil 2020c), a Estratégia Nacional de Defesa (Brasil 2020a) e o Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil 2020b). A partir dessas referências, buscou-se analisar os objetivos e a importância estratégica do Sisfron para a região de fronteira brasileira.

Em complemento, a análise do histórico orçamentário do Ministério da Defesa (MD), principalmente relacionado aos investimentos e ao Sisfron, serviu como uma espécie de diagnóstico a respeito do desenvolvimento e implementação deste programa desde a sua origem até o ano de 2022. No Livro Branco de Defesa, em 2012, o Sisfron foi apresentado de maneira conjunta a outros programas das três Forças Armadas, por meio do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED). Nele, estavam presentes, além da descrição dos programas e subprogramas da Marinha, do Exército e da Força Aérea, os valores necessários.

Como fonte de informações, além da revisão bibliográfica, foi feita uma pesquisa documental a partir dos seguintes instrumentos: da PND, da END, do LBDN e do PAED, do PEEEx, dos Relatórios de Gestão do Exército Brasileiro, do Portal Siga Brasil, e outros documentos correlatos. Durante a obtenção das informações, quando da ocorrência de possíveis dados disformes ou ausência de dados, foi enviado questionamento para

os órgãos competentes e solicitações de informações com base na Lei de Acesso à Informação, que foi respondido pelo Ministério da Defesa.

Com relação aos dados, obtidos por meio do Portal Siga Brasil, do Senado Federal; do PPA; da LOA; e dos demais documentos citados anteriormente, foi feito tratamento de caráter qualitativo. Além da análise do orçamento autorizado inicialmente pelo Executivo, foram encontrados mais de cem mil registros referentes a emendas parlamentares registradas nos portais, com destinação à função Defesa Nacional. Durante a análise buscou-se filtrar as tabelas extraídas do portal com os dados das emendas utilizando os próprios mecanismos oferecidos pelo portal, de acordo com os objetivos da pesquisa, para identificar apenas aquelas que tinham a sua aplicação direta em investimentos e, principalmente, para o Sisfron. Ademais, para complementar as informações e análises foram realizadas visitas técnicas a instituições como a Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod), do Ministério da Defesa, e à região de fronteira nas unidades que abrigam o projeto piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, com vistas a coleta de informações e a observação *in loco* dos processos rotineiros e utilização dos equipamentos

Este texto está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte é dedicada a apresentação do Sisfron, as suas características, benefícios e a sua importância para a Defesa Nacional, relacionando este programa como uma ferramenta de grande importância para a Estratégia da Presença. Já na segunda parte será abordada a questão orçamentária do MD e a situação do Sisfron, desde o seu lançamento até o ano de 2021, de acordo com esta dinâmica.

O SISFRON E A DEFESA NACIONAL

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND), a Defesa Nacional é o conjunto de ações do Estado visando a proteção do seu território, da sua soberania, e de seus interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, com ênfase na expressão do seu poder militar (Brasil 2020c, 11). Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 21, inciso III, é competência da União assegurar a Defesa Nacional (Brasil 2016c, 26). Dentro da PND, em seu capítulo a respeito da concepção política de defesa, é previsto o investimento aplicado a produtos de defesa, sejam eles de uso militar ou dual, visando a Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica nacional, com enfoque em áreas como a da saúde, educação, ciência, tecnologia e inovação (Brasil 2020c, 21).

A Estratégia Nacional de Defesa (END, 2020a), em sua subseção dedicada ao Exército Brasileiro, destaca a necessidade de um contínuo processo de transformação, com a meta de adquirir novas capacidades: flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade. A END afirma que tal processo de transformação deverá buscar sinergia com a estratégia da presença. De acordo com a Doutrina Militar Terrestre (DMT) — conjunto de valores, táticas, técnicas e procedimentos da Força Terrestre, a fim de orientá-la para o preparo às operações diversas que poderão vir a executar (Brasil 2019b, 16), a Estratégia da Presença:

Caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário (Brasil 2019b, 50).

A Estratégia da Presença é colocada com destaque na END em diversas passagens ao longo do seu texto, quando trata da contextualização dos cenários analisados e, de forma ainda mais específica, na Estratégia de Defesa 4 (ED-4) que consiste em incrementar a presença do Estado em todas as regiões do País.

A Estratégia da Presença na END está inserida nos Objetivos Nacionais de Defesa I e II, que são os de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, e a preservação da coesão e da unidade nacionais, respectivamente. É objetivada a sua materialização por meio do emprego da Ação Estratégica de Defesa 16 (AED-16), que visa a intensificação da presença de diversos setores governamentais nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica (Brasil 2020a, 63–9).

A região de fronteira é uma área estratégica por diversas razões: o fluxo de pessoas e mercadorias, a ocorrência de crimes transnacionais, a importância da demarcação dos limites que demarcam a fronteira, a garantia da soberania do Estado. Tal entendimento de fronteira está alinhado ao apresentado por Oscar Medeiros Filho (2020, 79) como o conceito de *frontier*, sendo este um espaço difuso e de transição entre culturas ou civilizações adjacentes, e ao conceito de *border*, que está relacionado ao exercício da soberania de um estado.

No Brasil, a faixa de fronteira se estende por aproximadamente 17 mil quilômetros e com área equivalente a 1/3 do território nacional, sendo povoada por 10 milhões de pessoas (Andrade et al. 2019, 7). Para fins de comparação, a população da cidade de São Paulo foi estimada em 12 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE relativos ao ano de 2020.

Historicamente no Brasil, a presença militar foi utilizada como instrumento não só para garantia da soberania, mas também para o povoamento das regiões mais longínquas dos principais centros urbanos do país (Rodrigues 2020a, 57–8). Tal situação, entretanto, se verifica em diferentes níveis e intensidades até os dias atuais, sendo a presença militar um dos principais indicadores da presença estatal nas regiões fronteiriças. Para Gonzales (2008, 56) a estratégia da presença alcança um sentido maior do que apenas militar e abarca a preocupação com a integração e o desenvolvimento nacional.

A região de fronteira a ser guarnecida é bastante extensa, e inclui algumas das maiores fronteiras terrestres do mundo. Para exercer a sua missão constitucional, o Exército Brasileiro possui um efetivo de 210.203 militares no serviço ativo e distribuídos entre os oito comandos de área existentes, segundo estimativa dados do LBDN (Brasil 2020c, 178)

Os 17 mil quilômetros de fronteira estão sob a responsabilidade de três comandos, sendo eles: o Comando Militar da Amazônia (CMA), o Comando Militar do Oeste (CMO), e o Comando Militar do Sul (CMS). O CMA conta com 12,6 mil militares, o CMO com 24 mil militares, e o CMS dispõe de 82,8 mil militares, o maior efetivo entre todos os comandos (Andrade et al. 2019, 22).

Dentre os comandos militares citados, a área escolhida para sediar o projeto piloto do Sisfron é a da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, e que corresponde ao arco central da faixa de fronteira, sob o comando do CMA. Neste arco estão inseridos 99 municípios com características rurais e de alta dedicação à pecuária, que é uma atividade de grande relevância para a economia brasileira, e que estão sujeitos aos riscos de atividades ilícitas como cultivo e tráfico de drogas, imigração ilegal, e crimes ambientais e disputas de terras (Andrade et al. 2019, 11–3).

O Sisfron tem em seu objetivo, resumidamente, o fortalecimento da presença e da capacidade de monitoramento e de ação do Estado na área da faixa de fronteira terrestre, conforme descrito pelo Escritório de Projetos do Exército (EPEX) em divulgação do Portfólio Estratégico do Exército em sua página na internet.¹ Do ponto de vista técnico, o Sisfron é um “sistema de Comando e Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4IVR) que visa dotar a Força Terrestre de meios habilitadores a uma presença efetiva na faixa de fronteira brasileira” (Andrade et al. 2019, p.19).

A idealização do programa Sisfron projeta o alcance do sistema de monitoramento desde o Norte do país até o extremo Sul, se conectando por meio da tecnologia com o alto comando no Distrito Federal. Conexão esta realizada por diversos meios de operação interconectados pelo sistema que

vão desde satélites, centros de comando e controle, viaturas motorizadas, até as tropas distribuídas ao longo da fronteira.

Com relação aos benefícios esperados a partir da implementação do Sisfron, de acordo com o sítio eletrônico do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX),² temos:

- i) Campo político: instrumento de integração regional, ferramenta de cooperação militar com Forças Armadas vizinhas, aumento da presença do Estado, integração entre órgãos de governo;
- ii) Campo Econômico: geração de empregos na indústria nacional de defesa, elevação da capacitação tecnológica da base industrial de defesa, diversificação da pauta de exportação;
- iii) Campo Militar: aumento da capacidade de vigilância e monitoramento, efetivação da Estratégia da Presença, melhoria da capacidade de apoio às operações de GLO³ e Ações Subsidiárias,⁴ presteza no atendimento de emergências (Defesa Civil), salto tecnológico;
- iv) Sociedade: vetor de melhoria na qualidade de vida, ampliação da presença do Estado junto a populações de regiões desassistidas, aumento da segurança, emprego de recursos de TI e comunicações para atividades como telessaúde e ensino a distância;
- v) Socioambientais: preservação ambiental, proteção da biodiversidade, combate aos ilícitos ambientais, e proteção das populações indígenas;
- vi) Segurança Pública: combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas, aos ilícitos transfronteiriços, ao crime organizado, à imigração ilegal, e aumento da segurança dos centros urbanos.

Dessa maneira, o Sisfron tem como meta contribuir com o desenvolvimento de diversas Capacidades Nacionais de Defesa (CND), previstas como elementos essenciais na composição do Poder Nacional, como por exemplo: a Capacidade de Proteção, a Capacidade de Dissuasão, a Capacidade de Coordenação e Controle, a Capacidade de Gestão da Informação, e a Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico de Defesa (Brasil 2020a, 35–9).

Considerando a dinâmica de atuação do Estado brasileiro na proteção da sua fronteira, a implantação do Sisfron ao longo de toda a faixa de fronteira terrestre culminará em grande instrumento potencializador da ação das forças de segurança em operações interagências. Além das Forças Armadas, mais especificamente nesse caso o Exército Brasileiro, terá meios de integração outras instituições que atuam na área, como a Polícia

Federal e Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Segurança Pública locais, Receita Federal, e outros atores.

A estimativa do valor global para o programa Sisfron, segundo consta no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), que foi publicado como um dos capítulos do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) em 2012, foi de R\$ 11.992 bilhões e com conclusão prevista para o ano de 2021 (2012, 202). No entanto, até o momento o montante realmente investido está na casa de R\$ 2,7 bilhões e a conclusão da implementação do programa adiada para o ano de 2035.

Nesse sentido, dada a grande extensão da faixa de fronteira terrestre brasileira, a implementação do Sisfron ao longo dessa parcela estratégica do território nacional é de extrema relevância para o país, tanto para cumprir os objetivos de Defesa Nacional quanto para reduzir os danos causado à segurança pública, não só local, mas também de outros centros urbanos, ao proporcionar meios de combate aos ilícitos transfronteiriços. O programa serve como uma ferramenta estratégica que potencializa a presença do Estado nesta região. Ainda que o EB possua um grande efetivo em comparação com outras Forças, o custo envolvido no deslocamento de tropas é muito alto. Além disso, devido às condições geográficas de alguns pontos de fronteira, a tecnologia de sensoriamento através de radares, por exemplo, poderá ser muito mais precisa e prática para executar a missão, integrando os demais órgãos federais envolvidos (CCOMGEX).

O SISFRON NO ORÇAMENTO DE DEFESA: DESCOMPASSO ENTRE O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO

Além dos aspectos relacionados à Defesa, é importante apresentar brevemente como se dá o processo orçamentário nacional. O orçamento brasileiro é formado por três principais documentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é um plano que prevê todas as despesas do Governo Federal dentro de um prazo de quatro anos. Já a LDO é um instrumento constitucional que estabelece as prioridades a serem seguidas pela LOA, e utiliza como base o PPA. Por fim, a LOA reúne a previsão de receitas e despesas. O ciclo de elaboração se inicia com o poder Executivo, que após a elaboração de tais documentos encaminha o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional. Após todo o processo de análise nas comissões orçamentárias e votação no plenário, se encaminha a lei para sancionamento do Presidente da República (Andrade 2020, 24–9).

Com a divulgação do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), em 2012, inserido no Livro Branco daquele mesmo ano, tornou-se

mensurável para o público em geral os programas estratégicos das Forças Armadas. Em um norte temporal que chega até 2047, aproximadamente (exclusas as alterações por atraso), tais programas demandam cerca de R\$ 404,2 bilhões distribuídos entre as forças (Ramalho 2013, 52). Os gastos com o grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais, recebeu em média 74,35% do orçamento total. Esta atribuição evoluiu de R\$ 47,2 bilhões em 2012 para R\$ 92,8 bilhões em 2022, em valores empenhados, conforme informação do próprio Ministério da Defesa⁵ e do Portal Siga Brasil. Com relação à natureza de despesas Investimentos, a média é de 9,29% do total, o que demonstra uma redução percentual ao longo dos anos analisados.

Entretanto, segundo Oliveira (2023) em valores absolutos, o montante retornou à ordem de R\$ 10 bilhões empenhados em 2022, mesmo número encontrado em 2012. Em valores absolutos, a comparação das médias fica em R\$ 70,6 bilhões para Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 8,4 bilhões para Investimentos empenhados nesse período. O exercício financeiro que mais disponibilizou verbas, proporcionalmente, para Investimentos foi o de 2012, com 15,08%, enquanto para Pessoal e Encargos Sociais foi em 2021, com 78,14%. O ano de 2021 também apresenta a marca de, proporcionalmente, ter destinado a menor parcela para Investimentos no período em análise, sendo 6,8% de acordo com as informações por meio da Lei de Acesso à Informação.

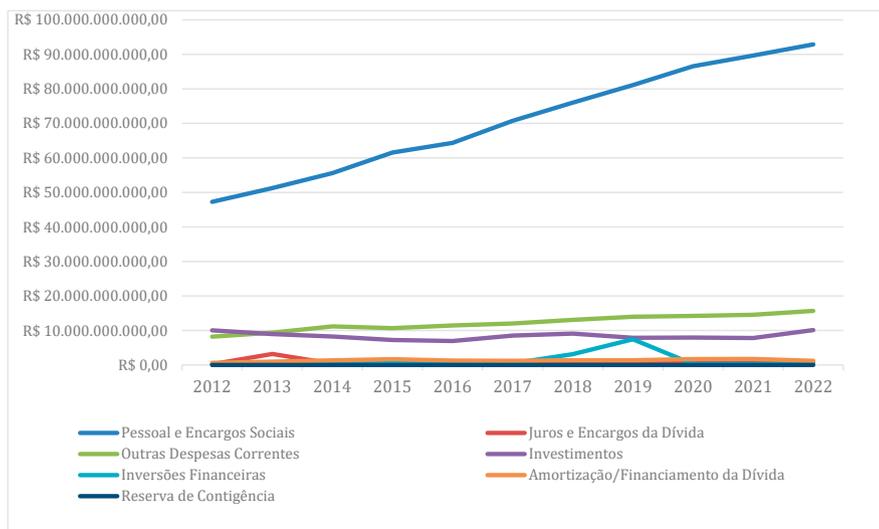


Gráfico 1 — Valor pago em cada tipo de despesa.
Fonte: Oliveira 2023.

A linha que indica os gastos com Pessoal e Encargos Sociais se destaca em relação às demais, por estar em ascensão contínua e quase dobrando de valor no período analisado. Em contrapartida, a linha amarela indicadora das despesas com Investimentos teve comportamento de baixa oscilação no gráfico, variando entre seis e dez bilhões ao longo do período. Resulta da comparação gráfica entre as linhas citadas a necessidade de reflexões acerca do pouco espaço para aumentos significativos e progressivos nos investimentos, considerando a evolução atual da verba do Ministério da Defesa.

Um elemento de grande importância para o orçamento público são as emendas parlamentares. No âmbito das Forças Armadas, por exemplo, essas emendas servem como recursos extraorçamentários e irão somar ao montante preestabelecido. Analisando os dados disponibilizados para emendas executadas a partir de 2017,⁶ através das informações do Portal Siga Brasil, foram encontradas 104.940 emendas parlamentares para a função Defesa Nacional no período até 2022, atingindo a soma de R\$ 1,2 bilhões (considerando o valor pago e restos a pagar pago, na soma de todo o período apontado, corrigidos pelo IPCA⁷).

A classificação dos gastos de acordo com a função Defesa Nacional segue a metodologia da OCDE,⁸ que é adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia (Giesteira, Matos, and Ferreira 2021, 53). Essas despesas são classificadas pelo portal em cinco categorias, sendo elas: Defesa militar, Defesa civil, Ajuda externa militar, Pesquisa e desenvolvimento da defesa, e Defesa não especificada. A classificação “Defesa civil” inclui, por exemplo, ações de enfrentamento a mudanças climáticas. Já para “Pesquisa e desenvolvimento da defesa” a metodologia Cofog considera despesas com trabalhos criativos e sistemáticos que incluem criatividade e inovação, além de bolsas do CNPq e CAPES. A categoria “Defesa militar” inclui tanto os investimentos em equipamentos quanto as remunerações de pessoal, por exemplo (Brasil 2022b).

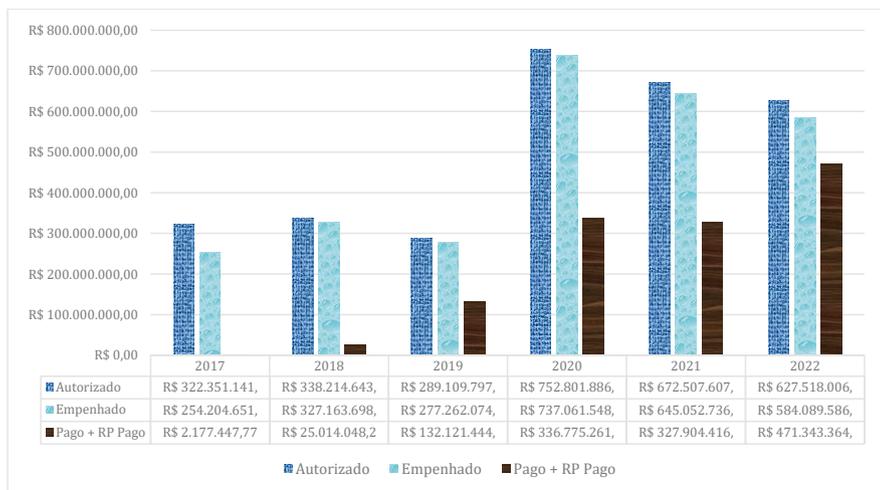


Gráfico 2 — Emendas Parlamentares para a função Defesa Nacional
Fonte: Oliveira 2023.

Foi percebido que nos últimos dois anos houve um aumento significativo no valor destinado à função Defesa Nacional, conforme gráfico acima. Em 2017 os valores finais foram de R\$ 2,1 milhões, o menor da série histórica disponibilizada, saltando para R\$ 25 milhões em 2018. Em 2019, os valores mais que triplicaram e atingiram R\$ 155,3 milhões. Em 2020, o valor atingido foi maior que o dobro encontrado no ano anterior, resultando em R\$ 374,3 milhões, e em 2021, foram R\$ 374,5 milhões em emendas parlamentares. Para o exercício de 2022 foi verificado número recorde, atingindo R\$ 471 milhões. Importante destacar que, analisando a soma dos valores pagos nesse período e a natureza dessas despesas, mais de 80% são destinados a Investimentos.

Dada a falta de dados anteriores ao exercício de 2017 no portal Siga Brasil, identificou-se a necessidade solicitar maiores informações ao Governo Federal. Nesse sentido, foi impetrada uma manifestação no portal Fala.BR — Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, da Controladoria-Geral da União. Como resultado dessa manifestação, foi enviado pelo Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa (SIC-MD) planilhas com dados orçamentários. No que tange às emendas parlamentares, foram divulgados os valores empenhados de 2014 a 2022 (não corrigidos pelo IPCA), a despeito da solicitação de dados referentes a 2012 em diante, bem como o detalhamento das ações do governo. Em 2014, conforme aponta o próprio MD, foram empenhados R\$ 224,6 mi-

lhões; já em 2015, foram R\$ 152 milhões; enquanto em 2016 o empenho foi de R\$ 250 milhões. Abaixo segue um gráfico com o compilado dos valores obtidos pela manifestação:

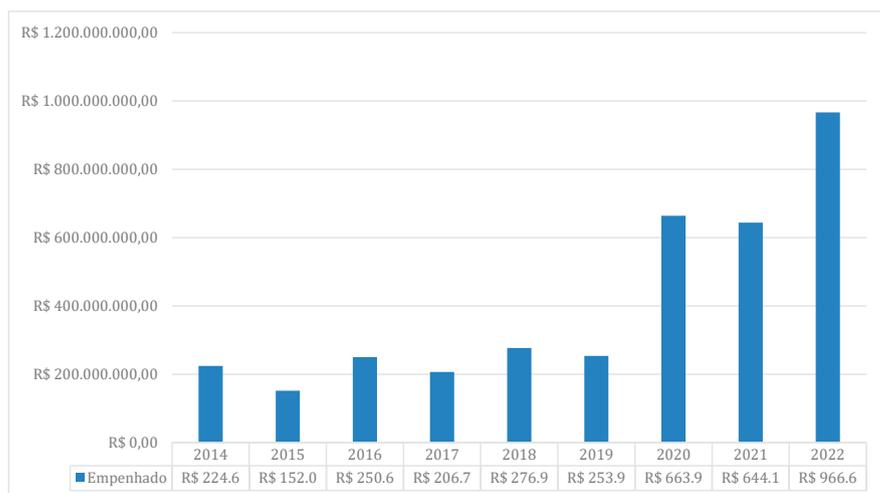


Gráfico 3 — Valor Empenhado em Emendas Parlamentares.

Fonte: Oliveira 2023.

O valor empenhado em 2022, considerando a dotação informada até o período da obtenção das informações, soma quase R\$ 1 bilhão, em contrastes com a previsão da LOA 2022 de R\$ 665 milhões.

O SISFRON NO ORÇAMENTO DE DEFESA

Conforme apresentado na seção anterior, o Sisfron tem como meta ser aplicado ao longo dos quase 16.900 quilômetros de extensão da fronteira brasileira, e cobrirá os três grandes arcos de fronteira terrestre: o arco Norte, que inclui os estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre; o arco Central, nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o arco Sul, formado por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Andrade 2019, 11). O arco Central foi escolhido para receber a versão piloto do programa, mais especificamente na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), localizada em Dourados, Mato Grosso do Sul.

De acordo com o estipulado pelo PAED, o período de implementação do Sisfron na região de fronteira seria de 2011 até 2023. O valor global do

projeto foi estimado em R\$ 11.992 bilhões (Brasil 2012b, 202). Este valor será aplicado, por exemplo, na aquisição de equipamentos de visão noturna e radares para atender a função de sensoriamento; de equipamentos de micro-ondas e de ligações por satélites para comunicações; de viaturas e embarcações, para apoio à atuação no terreno; bem como na construção de infraestrutura e centros de operações, como meios de apoio à decisão (Souza Junior 2020, 22). No entanto, até o momento apenas 650 km da faixa de fronteira estão sendo monitorados com o auxílio do Sisfron, justamente a área da 4ª Bda C Mec.

Conforme apontado por Souza Júnior (2020), em sua pesquisa acerca da importância do Sisfron, o calendário de execução orçamentária planejado inicialmente era o seguinte:

Tabela 1 — Calendário de execução orçamentária do Sisfron

Ano	Valor Planejado
2012	R\$ 367.890.000,00
2013	R\$ 874.090.000,00
2014	R\$ 987.280.000,00
2015	R\$ 1.235.600.000,00
2016	R\$ 1.629.100.000,00
2017	R\$ 1.883.020.000,00
2018	R\$ 1.755.020.000,00
2019	R\$ 1.420.010.000,00
2020	R\$ 1.072.010.000,00
2021	R\$ 768.000.000,00
TOTAL	R\$ 11.992.020.000,00

Fonte: Souza Júnior 2020.

De acordo com os dados levantados por meio do Portal Siga Brasil e das informações obtidas através do SIC-MD, observando os valores a partir de 2012 até 2022 a respeito do orçamento fiscal da despesa pública do MD, o valor empenhado para o Programa Estratégico Sisfron tem apresentado grande oscilação desde os primeiros anos de implementação. Desde 2012, quando se registrou a primeira execução orçamentária e com valor abaixo de R\$ 200 milhões, o orçamento para o programa vem apresentando oscilações frequentes. De acordo com os dados, em 2022 foram empenhados cerca de R\$ 392,1 milhões,⁹ logo após a ocorrência do segundo menor orçamento para o histórico do programa, de R\$ 170 milhões em

2021. No total, desde 2012, o programa recebeu em empenho a soma de R\$ 2.704.629.075,00.

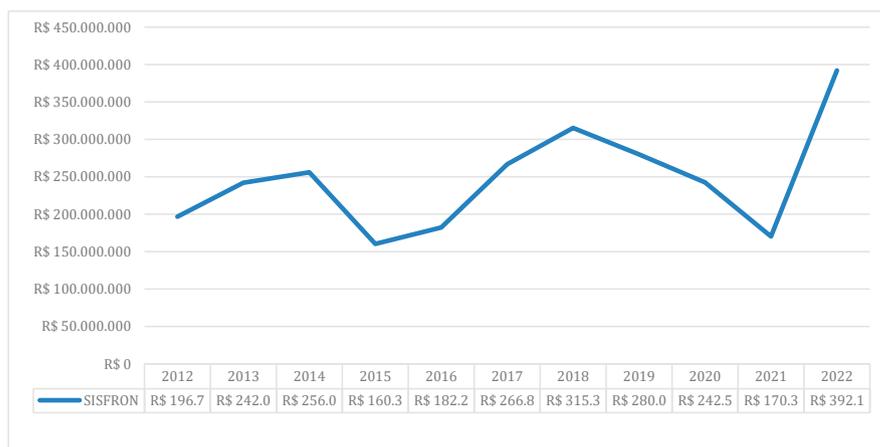


Gráfico 4 — Orçamento da Despesa Pública do MD empenhado para o Sisfron, em milhões
Fonte: Oliveira 2023.

É de se notar que em nenhum dos exercícios orçamentários os valores empenhados chegaram próximos àqueles planejados. Em dez anos de andamento do Sisfron, o programa estratégico recebeu aproximadamente 22% do valor total definido para a sua implementação. Abaixo, é possível verificar através de um gráfico ilustrativo a diferença entre os valores planejados e apresentados no PAED em 2012, e a realidade orçamentária imposta ao programa Sisfron.

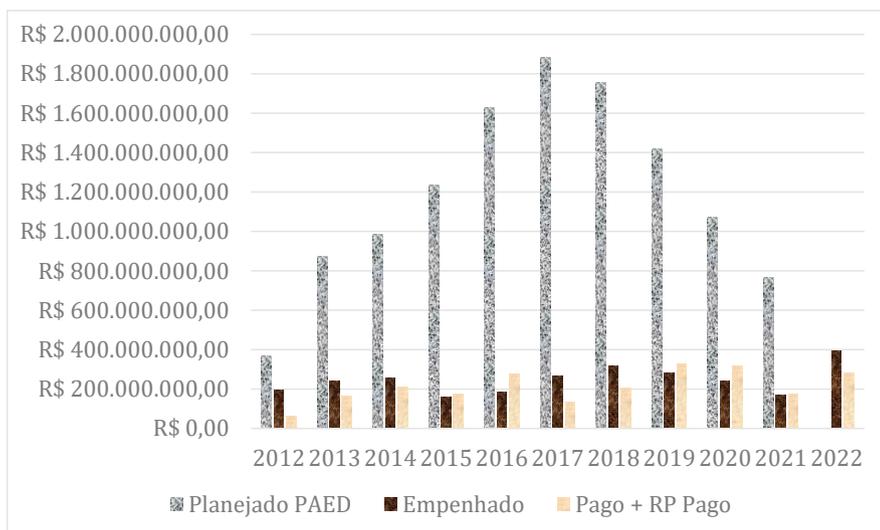


Gráfico 5 — Orçamento Planejado vs Orçamento Realizado para o Sisfron.

Fonte: Oliveira 2023.

A partir desses dados é possível realizar uma comparação percentual entre o valor planejado pelo calendário de execução orçamentária do Sisfron e o empenhado, considerando nessa operação o período entre 2012 e 2021 — já que a conclusão dos pagamentos considerava a previsão de encerramento antes do exercício financeiro de 2022. Como resultado, foi identificado que o ano de 2012 teve o melhor desempenho percentual da meta estipulada pelo calendário de pagamentos, com 53%. Entretanto, a média é de 22% do valor previsto pela programação inicial. O ano de menor desempenho é o de 2016, com 11%.

Analisando as emendas parlamentares no período entre 2017 e 2021, o Sisfron recebeu valores provenientes desses instrumentos apenas nos anos de 2020 e 2021 (ano em que houve apenas o pagamento de emendas inscritas em restos a pagar). No total, R\$ 30,3 milhões foram empenhados e R\$ 19,7 milhões foram pagos, incluindo restos a pagar. Conforme gráfico abaixo, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado foi a maior responsável por encaminhar dotações ao programa, atingindo o valor empenhado de R\$ 25.373.664,68. Em complemento, R\$ 4.214.453,12 foram empenhados pelo Relator Geral, e R\$ 800.000,00 através de emendas individuais de dois parlamentares (Oliveira 2023, 62).

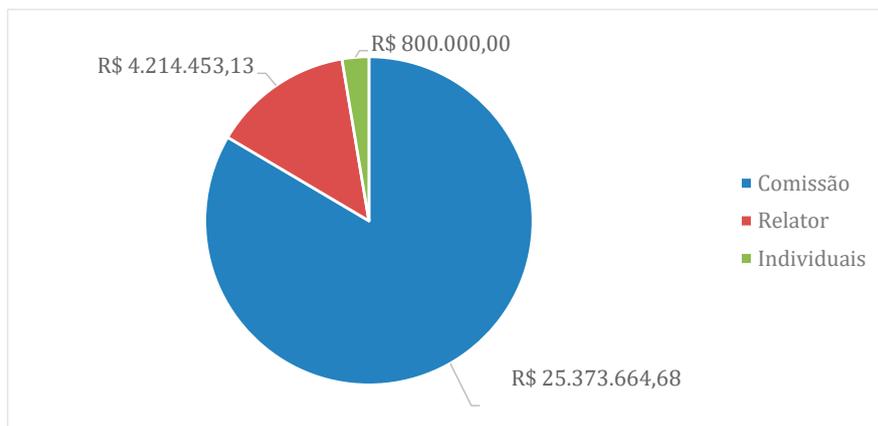


Gráfico 6 — Distribuição de emendas parlamentares para o Sisfron em 2020 e 2021.
Fonte: Oliveira 2023.

De acordo com o detalhamento exposto no portal, estes valores tiveram como objeto dentro do programa Sisfron a compra de embarcações e tratores, de aparelhos de comunicação e materiais de TIC, de máquinas e equipamentos de energia, o pagamento de obras em andamento, aquisição de mobília em geral, e serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (Oliveira 2023, 62).

Em se tratando das emendas individuais, segundo o portal Siga Brasil, apenas parlamentares¹⁰ de dois partidos, do PODE e do PRB, destinaram verbas para o Sisfron. Tais emendas são originárias do estado do Paraná, região abarcada pela terceira fase de implementação do programa, com calendário previsto para o período de 2018 a 2022, e que envolvem as áreas de responsabilidade da 15^a Brigada de Infantaria Mecanizada e do 14^o Regimento de Cavalaria Mecanizada. Portanto, o fator regional parece ter afetado ao menos parcialmente os parlamentares da região, ainda que não tenham sido registradas emendas individuais de outras regiões em que a implementação está em curso, como no Mato Grosso do Sul.

Todavia, é possível ampliar a análise sobre o fator regional e sua influência na destinação de emendas. Isso se deve ao fato de que o portal classifica a maior parte das emendas com origem em um estado, ainda que elas tenham sido destinadas por comissões ou pelo relator geral. Os estados do Nordeste e do Sudeste não registraram emendas, fato que é de certa forma compreensível, já que o Sisfron não será implantado nessas áreas. Já a região Centro-Oeste, palco do projeto piloto, não teve registro de emendas de acordo com os dados informados pelo portal. A região Sul encami-

nhou 15 emendas, num total de R\$ 800 mil empenhados e R\$ 36.945,67 efetivamente pagos. Com isso, restam mais de R\$ 35 milhões empenhados, mas sem a indicação da região de origem. No geral, são provenientes de comissões parlamentares ou do relator geral.

Com relação à natureza dessas despesas de emendas parlamentares para o Sisfron, R\$ 461.669,69 foram empenhados para gastos na categoria Outras Despesas Correntes. O restante, R\$ 29.926.448,12 recebidos por meio de 156 emendas, foram empenhados como Investimentos no programa. As emendas individuais da região Sul, mencionadas anteriormente, foram todas para Investimentos. Não foram registrados valores para as categorias de Inversões Financeiras e de Pessoal e Encargos Sociais.

No PPA 2020-2023, primeiro plano que foi elaborado pela gestão presidencial atual, a Defesa Nacional consta como um dos programas de investimento prioritário, conforme verificado na Seção I do Anexo III deste plano. O programa prevê a aplicação da soma de R\$ 12.260.755.424,00 até o ano de 2023. Este valor foi distribuído entre 7 programas já em curso nas Forças Armadas, porém não traz o Sisfron como prioritário (Brasil 2019e, 2). Ainda de acordo com o Anexo III, na Seção II, são previstos R\$ 11.718.849.861,00 na forma de Investimentos Prioritários Condicionados, com base na Emenda Constitucional nº 95 (Brasil 2019e, 14), que instituiu o Novo Regime Fiscal e estabeleceu o teto de gastos públicos em um prazo de 20 anos (Brasil 2016a) mas também sem a presença do Sisfron nessa listagem.

Já no PPA 2016-2019, o Sisfron estava contido no Objetivo 1123 — Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras (Brasil 2015a, 67). A meta estipulada foi a de concluir 100% da implementação do programa no Mato Grosso do Sul, além de atingir 11% no Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina. De acordo com o Relatório de Avaliação deste PPA, foi atingido 97% da implantação do Sisfron no Mato Grosso do Sul, 2,8% nos demais Estados definidos pela meta do governo, e 12,6% do total do programa (Brasil 2019d, 227). Com a meta não alcançada, a justificativa apresentada no PPA foi a de que houve incompatibilidade entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta (Brasil 2015b, 242).

No PPA 2012-2015, o primeiro a constar o Sisfron como um programa do Governo Federal, estipulava a meta de estruturação de 20% do programa (Brasil 2011, 273). Além disso, no âmbito do Sisfron, foram definidos objetivos de adequação de instalações para a implantação do programa, e a implantação de pelotões especiais de fronteira (Brasil 2011, 276). Ao final do período, apenas 7,07% foram estruturados e a justificativa do governo para tal desempenho foi a de que o contingenciamento imposto ao

orçamento impactou na execução da meta estipulada (Brasil 2016d, 836). Com relação aos valores executados, a dotação orçamentária da LOA foi de R\$ 495.000.000,00, em contraste com o valor pago de R\$ 6.124.871,00 (Brasil 2016d, 151).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu a partir de indagações a respeito do orçamento aplicado na Defesa Nacional brasileira e do andamento de programas estratégicos, mais especificamente sobre o Sisfron. Inicialmente, este programa estava previsto para ser implementado no ano de 2021, de acordo com o PAED publicado em 2012. Entretanto, as dificuldades orçamentárias e técnicas modificaram o cronograma inicial, postergando o prazo de implantação o ano de 2035.

Em que pese as orientações estabelecidas nos principais documentos de Defesa, o baixo volume de recursos aplicados nos programas estratégicos expressa uma dificuldade estrutural, mas do que conjuntural, como foi possível inferir a partir da pergunta inicial de pesquisa: o orçamento de Defesa é suficiente e adequado para a implantação do Sisfron?

O programa trouxe a proposta de aplicação de uma tecnologia inovadora para a proteção da faixa de fronteira terrestre, e a possibilidade de aperfeiçoamento da integração entre as entidades do Governo Federal responsáveis pela fronteira. Entretanto, apesar do seu *status* estratégico, o programa sofreu com a baixa dotação orçamentária desde a sua criação. Até o ano 2022, foram disponibilizados cerca de R\$ 2,7 bilhões para a implementação do Sisfron ao longo de quase dez anos de existência do projeto, face aos quase R\$ 12 bilhões necessários para a sua implementação completa (Oliveira 2023).

Como consequência prática a respeito da evolução, apenas 650 quilômetros de fronteira possuem hoje a tecnologia, visto que esta é a extensão da área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, no estado do Mato Grosso do Sul. Ainda, o prazo de conclusão da implementação previsto inicialmente para o ano de 2021 já foi prorrogado para 2035.

Analisando todas as versões publicadas da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, pode-se concluir que o Sisfron é um programa de extrema relevância, com contribuições essenciais para a Defesa Nacional e a Segurança da faixa de fronteira brasileira. A busca pela regularidade, previsibilidade e estabilidade orçamentária relacionada aos investimentos no setor de Defesa sinaliza para uma política de Estado, capaz de sustentar a implementação de programas e projetos estratégicos de longo prazo.

A Estratégia da Presença, como propugnada pelo Exército Brasileiro, ainda constituiu um vetor importante ao enfrentamento dos desafios da faixa de fronteira: vigiar os fluxos migratórios, fiscalizar a ocorrência de possíveis delitos transnacionais, dissuadir as ameaças existentes e proteger a população local. Porém, é fisicamente e economicamente inexecutável oferecer suporte militar para atuação diária nos 17 mil quilômetros de fronteira. A utilização do Sisfron em sua capacidade total permitirá integrar todos os órgãos federais de maneira mais efetiva e produtiva, e expandir a presença do Estado brasileiro na região. Para isso será necessária a adequação orçamentária ao status estratégico do programa, no intuito de que seu potencial seja entregue no menor tempo possível.

O orçamento anual do Governo Federal recebe grande atenção política. No seu período de formulação são analisadas as prioridades do governo para o próximo exercício fiscal, negociadas as áreas de investimento e o espaço para as emendas parlamentares e atendimento às bancadas regionais.

O lançamento do PAED trouxe detalhadamente todos os programas estratégicos das Forças Armadas, o montante necessário para cada um desses programas e o prazo estipulado para desenvolvimento e conclusão. Sobre os investimentos, o gráfico 1 induz o entendimento de certa estabilidade na linha de execução orçamentária. Entretanto, analisando detalhadamente os números investidos e a periodicidade, verifica-se que a regularidade não tem sido alcançada. Dessa forma, constatou-se que a dinâmica presente na execução do orçamento de investimentos para a Defesa Nacional não oferece a previsibilidade necessária para o setor.

Com relação às emendas parlamentares deduz-se que o envolvimento dos congressistas no tema da Defesa Nacional aumentou durante os três últimos anos, considerando a elevação das emendas destinadas para esse setor. Somando o valor Pago + Restos a Pagar Pago o total é de R\$ 1,2 bilhão, sendo que R\$ 1,136 bilhão foram registrados entre 2022 e 2023.

A partir da análise dos Planos Plurianuais verificou-se incompatibilidade entre as metas definidas e os resultados alcançados. As principais justificativas para as metas não concretizadas — restrições orçamentárias, contingenciamentos, superestimação de objetivos ou necessidade de adequação inicial de estruturas — causam reflexão acerca da efetividade do planejamento orçamentário realizado pelas instituições. Foi observado também que nos dois primeiros documentos publicados a partir de 2012 houve inclusão do Sisfron na lista de prioridades, e notada a sua ausência na versão que ainda está em execução, PPA (2020-2023).

Se para o valor global dos investimentos empenhados para o setor de Defesa o gráfico se manteve relativamente estável, o mesmo não ocorre com os valores destinados ao Sisfron. O gráfico 7 trouxe o comparativo en-

tre a programação feita para a implantação do programa até 2021 e o que foi efetivamente disponibilizado, resultando em uma grande diferença. Os valores realmente destinados ao Sisfron correspondem, em média, a 22% do planejado inicialmente para a sua implantação. Dessa forma, verifica-se que os princípios de estabilidade, regularidade e previsibilidade, idealizados pela END, não se fizeram presentes para o Sisfron.

As emendas parlamentares representam apenas 12% do valor total empenhado para o Sisfron. Ainda, considerando ações individuais de parlamentares, apenas dois congressistas destinaram verbas para o programa. Tal fato reforça o comportamento distante do Congresso em relação ao Sisfron.

Por fim, considera-se que os debates sobre Defesa nacional, conforme abordado neste artigo, devem incorporar de maneira sistemática as contribuições provenientes do campo da Economia de Defesa. Isso inclui particularmente os estudos sobre a formulação e implementação do orçamento federal, alinhando-os, desde a origem, com o planejamento de programas e projetos estratégicos da Defesa.

REFERÊNCIAS

Andrade, Adriano A. 2020. “Os impactos do crescente aumento das ações orçamentárias obrigatórias no orçamento do Exército Brasileiro: uma análise”. *Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro*.

Andrade, Israel de Oliveira et al. 2019. “Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras em Perspectiva”. *IPEA, Rio de Janeiro*.

Brasil. 2011. *Plano Plurianual 2012 — 2015*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília.

Brasil. 2015. *Plano Plurianual 2016 — 2019*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília.

Brasil. 2016a. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências*. Brasília, 2016a.

Brasil. 2016b. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano Base 2015*. Brasília.

Brasil. 2017. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Sistema de Planejamento do Exército. *Concepção Estratégica do Exército*. Brasília.

Brasil. 2019a. Lei n° 13.971, de 27 de dezembro de 2019. *Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023*. Brasília.

Brasil. 2019b. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Fundamentos. *Doutrina Militar Terrestre*. 2ª Edição.

Brasil. 2019c. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Plurianual 2016 — 2019, Relatório Anual de Avaliação*. Brasília.

Brasil. 2019d. *Plano Plurianual 2020 — 2023*. Ministério da Economia. Brasília.

Brasil. 2020a. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasil. Brasília.

Brasil. 2020b. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília.

Brasil. 2020c. *Política Nacional de Defesa*. Brasília.

Brasil. 2021a. Lei n° 14.144, de 22 de abril de 2021. *Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021*. Brasília.

Brasil. 2021b. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. *Relatório de Gestão do Comando do Exército. Exercício 2020*. Brasília.

Brasil. 2022a. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. “Aprova o Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102), 3ª Edição”. *Portaria-EME / C Ex* n° 927, de 15 de dezembro de 2022. Brasília.

Brasil. 2022b. Ministério da Economia. Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria do Tesouro Nacional. *Despesas por Função do Governo Central — Classificação COFOG 2021*. Brasília.

Brasil. 2016c. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações. Coordenação de Edições Técnicas. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.

CCOMGEX. Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. *Sisfron, Benefícios Esperados*. Disponível em: <http://www.ccomgex.eb.mil.br/index.php/en/beneficios-esperados>.

Giesteira, Felipe Luís; Matos, Patrícia de Oliveira; Ferreira, Thiago Borne. *A Defesa Nacional no Plano Plurianual 2016-2019: uma avaliação a partir dos Projetos Estratégicos*. Boletim de Análise Político-Institucional, n°28. Repositório do Conhecimento do IPEA, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10596>.

Gonzales, Selma Lúcia de Moura. 2008. *A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença*. Universidade de São Paulo.

Oliveira, André L. F. T. 2023. “O Programa Estratégico do Exército Sisfron e o orçamento de Defesa brasileiro: descompasso orçamentário e óbices para a implantação”. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) — Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Rio de Janeiro.

Medeiros Filho, Oscar. 2020. *Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier*. Coleção Meira Mattos, v. 14, n. 49, p. 77-97. Rio de Janeiro.

Rodrigues, Fernando S. 2020a. “A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil”. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército*, Vol 8 (1).

Souza Júnior, Valdenor M. R. 2020. “A importância da manutenção do orçamento do Sisfron para a soberania nacional”. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

O SISFRON COMO FERRAMENTA DA ESTRATÉGIA DA PRESENÇA EM MEIO AO DESAFIO ORÇAMENTÁRIO ENTRE 2012 E 2022

RESUMO

O Brasil possui 8,5 milhões de km² de área e faz fronteira com 10 países, o que se traduz em uma extensão de aproximadamente 16.900 km de faixa de fronteira. Desta forma, são essenciais a proteção e o desenvolvimento dessa região visando o interesse nacional. Por isso, a presença militar ao longo do território tem sido utilizada como estratégia para a consecução dos objetivos constitucionais de garantia da soberania, da lei e da ordem, da integração nacional, do desenvolvimento e da Defesa Nacional. O Programa Estratégico do Exército Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) desponta como uma ferramenta tecnológica que contribui para ampliar a capacidade do Exército Brasileiro de exercer a sua Estratégia da Presença na área da faixa de fronteira terrestre. Diante da importância do Sisfron e da dinâmica orçamentária do setor de Defesa, partiu-se da seguinte pergunta: em que medida o orçamento brasileiro de Defesa foi compatível com os objetivos estratégicos do Sisfron, tendo como referência a previsão de investimentos apresentada pelo Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED)? A partir do método dedutivo, foi realizada uma análise qualitativa, baseada na revisão bibliográfica, com foco na produção das Ciências Militares e da Economia de Defesa, e na análise de documentos brasileiros pertinentes à Defesa, à formulação do orçamento público federal e ao planejamento plurianual. Desse modo, o este artigo analisa os investimentos previstos e realizados no Sisfron, bem como examina sua importância para a Defesa Nacional.

Palavras-chave: Fronteira; Defesa Nacional; Sisfron; Orçamento.

ABSTRACT

Brazil has an area of 8.5 million km² and borders with 10 countries, which represents an extension of approximately 16,900 km of border strip. The military presence throughout the territory has been used as a strategy to achieve the constitutional objectives of guaranteeing sovereignty, law and order, national integration, development, and for the National Defense. The Army's Strategic Program Sisfron (Integrated Border Monitoring System) emerges as a technological tool that contributes to expanding the capacity of the Brazilian Army to exercise its Presence Strategy around the land border strip. Given the importance of Sisfron and the budgetary dynamics of the Defense sector, the following research question was: To what extent was the Brazilian Defense budget compatible with the strategic objectives of Sisfron, taking as a reference the investment forecast presented by the Defense Articulation and Equipment Plan (PAED)? Using the deductive method, a qualitative analysis was carried out, based on a bibliographical review, focusing on the production of Military Sciences and Defense Economics, and on the analysis of Brazilian documents relevant to Defense, to the formulation of the federal public budget and to the multi-annual planning. Therefore, this article analyzes the investments planned and made in Sisfron, as well as examining its importance for National Defense.

Keywords: Border; National Defense; Sisfron; Budget.

Recebido em 08/05/2023. Aceito para publicação em 16/02/2024.

NOTAS

1. O EPEX foi criado em 2008, após da END, para criar uma estrutura de gerenciamento dos projetos e programas estratégicos de interesse do Exército. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/historico>.
2. Disponível em: <http://www.ccomgex.eb.mil.br/index.php/en/beneficios-esperados>
3. Operações de Garantia da Lei e da Ordem têm o objetivo de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio quando são esgotados os instrumentos normais para isso.
4. Conforme a Portaria nº 927 de 15 de dezembro de 2022, do Estado Maior do Exército, que aprova o Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre, as atribuições subsidiárias gerais da Força Terrestre são relacionadas a cooperação com o desenvolvimento nacional e com a Defesa Civil, bem como apoiar a Política Externa brasileira e atuar em operações internacionais de paz e ajuda humanitária.
5. Dados sobre o orçamento do MD por Grupos de Natureza de Despesa (GND) foram solicitados oficialmente através do portal Fala.BR, da Controladoria-Geral da União, e fornecidos pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do próprio MD.
6. O portal Siga Brasil apenas apresentou dados de Emendas Parlamentares a partir de 2017.
7. Uma despesa é inserida na categoria de Restos a Pagar quando o produto foi entregue pelo fornecedor, mas não foi pago pelo governo até o fim do ano, sendo então inserido o valor nesta categoria para que seja pago no ano posterior.
8. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
9. O valor de R\$ 392,1 milhões informado pelo MD era referente aos empenhos registrados até outubro/2022. Ainda segundo o MD, a LOA de 2022 previa R\$ 431.019.682,00 para o Sisfron.
10. Os parlamentares mencionados na busca por emendas individuais para o Sisfron são os deputados federais Diego Garcia, do PODE, e Luizão Goulart, do PRB. Ambos são representantes do estado do Paraná. Os números dos empenhos encontrados são, respectivamente: 2020.NE.160220.00001.800124, e 2020.NE.160220.00001.800125.